



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Concurso Público 2014

Prova escrita objetiva e discursiva – Nível Superior

Analista Judiciário - Especialidade

Comissário de Justiça, da Infância, da

Juventude e do Idoso

TIPO 3 – AMARELA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - este caderno de provas, contendo 70 questões objetivas e 2 questões discursivas;
 - uma folha destinada às respostas das questões objetivas;
 - uma folha de textos definitivos destinada às questões discursivas.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição ou falhas, com **05 (cinco)** alternativas de resposta (A, B, C, D e E) para cada questão objetiva. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva e a folha de textos definitivos das questões discursivas você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade.
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo das questões discursivas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva e na folha de textos definitivos das questões discursivas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
 - O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos por erro do candidato.**
 - O tempo disponível para a realização da prova é de **04h30 (quatro horas e trinta minutos)**, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição do texto definitivo das questões discursivas.
 - Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
 - Somente após decorridos **noventa minutos** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
 - Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
 - Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas da prova objetiva e a folha de textos definitivos das questões discursivas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
 - A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
 - Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
 - Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **16/12/2014**, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjri.
 - O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **17/12/2014** até as 23h59 do dia **18/12/2014**, observado o horário oficial, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjri, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Grupo I - Língua Portuguesa

TEXTO 1 – BEM TRATADA, FAZ BEM

Sérgio Magalhães, O Globo

O arquiteto Jaime Lerner cunhou esta frase premonitória: “O carro é o cigarro do futuro.” Quem poderia imaginar a reversão cultural que se deu no consumo do tabaco?

Talvez o automóvel não seja descartável tão facilmente. Este jornal, em uma série de reportagens, nestes dias, mostrou o privilégio que os governos dão ao uso do carro e o desprezo ao transporte coletivo. Surpreendentemente, houve entrevistado que opinou favoravelmente, valorizando Los Angeles – um caso típico de cidade rodoviária e dispersa.

Ainda nestes dias, a ONU reafirmou o compromisso desta geração com o futuro da humanidade e contra o aquecimento global – para o qual a emissão de CO2 do rodoviário é agente básico. (A USP acaba de divulgar estudo advertindo que a poluição em São Paulo mata o dobro do que o trânsito.)

O transporte também esteve no centro dos protestos de junho de 2013. Lembremos: ele está interrelacionado com a moradia, o emprego, o lazer.

Como se vê, não faltam razões para o debate do tema.

1

Na digitação do texto 1, duas palavras foram sublinhadas, sendo apontadas como erradas pelo corretor automático de texto: “rodoviário” e “interrelacionado”.

O comentário correto que justifica essas observações do corretor automático é:

- (A) os dois vocábulos trazem erros de ortografia;
- (B) os dois vocábulos são neologismos e não estão dicionarizados;
- (C) os dois vocábulos estão empregados fora de seu sentido habitual;
- (D) enquanto o primeiro vocábulo é um neologismo, o segundo traz um erro ortográfico;
- (E) enquanto o primeiro vocábulo é um estrangeirismo, o segundo é um neologismo.

2

Sobre os componentes da frase “A USP acaba de divulgar estudo advertindo que a poluição em São Paulo mata o dobro do que o trânsito”, a única afirmativa INADEQUADA é:

- (A) a atribuição da informação à USP acrescenta qualificação ao seu conteúdo;
- (B) “acaba de divulgar” é uma locução verbal com valor de ação acabada em tempo recente;
- (C) a comparação entre poluição e trânsito acentua a gravidade do problema;
- (D) a forma USP é uma forma de abreviação denominada “sigla”;
- (E) a advertência da USP se dirige prioritariamente aos motoristas.

3

“Talvez o automóvel não seja descartável tão facilmente. Este jornal, em uma série de reportagens, nestes dias, mostrou o privilégio que os governos dão ao uso do carro e o desprezo ao transporte coletivo. Surpreendentemente, houve entrevistado que opinou favoravelmente, valorizando Los Angeles – um caso típico de cidade rodoviária e dispersa.”

Nesse parágrafo do texto 1, a troca de posição de elementos que provoca perda de coerência ou incorreção gramatical é:

- (A) talvez o automóvel não seja descartável tão facilmente / talvez o automóvel não seja tão facilmente descartável;
- (B) este jornal, em uma série de reportagens, nestes dias, mostrou / Nestes dias, em uma série de reportagens, este jornal mostrou;
- (C) mostrou o privilégio que os governos dão ao uso do carro / mostrou que os governos dão privilégio ao uso do carro;
- (D) surpreendentemente, houve entrevistado que opinou favoravelmente / Houve entrevistado que opinou favorável e surpreendentemente;
- (E) cidade rodoviária e dispersa / cidade dispersa e rodoviária.

4

O texto 1 nos diz que Jaime Lerner cunhou uma frase “premonitória”; esse termo significa que a frase criada:

- (A) prevê algo que está por ocorrer;
- (B) traz uma ameaça para o mundo futuro;
- (C) indica o caminho para a solução de um problema;
- (D) mostra algo que já é do conhecimento de todos;
- (E) antecipa a revelação de algo espantoso.

5

O adjetivo “premonitória”, na primeira frase do texto 1, equivale à oração adjetiva “que faz uma premonição”.

A frase abaixo em que a oração sublinhada foi substituída corretamente por um adjetivo equivalente é:

- (A) As autoridades nada disseram sobre os acontecimentos que haviam ocorrido anteriormente / realizados;
- (B) O automóvel vai passar a ser um objeto que não terá mais serventia / anacrônico;
- (C) A ideia de mudança no padrão de transportes faz parte de um movimento que ainda não possui um líder / obsoleto;
- (D) No projeto, foram criticadas autoridades que dificilmente tomam decisões / hesitantes;
- (E) A mudança de estratégia é um desejo que dura pouco tempo / atemporal.

6

“houve entrevistado que opinou favoravelmente”; o segmento do texto 1, “que opinou favoravelmente” poderia ser reescrito “com opinião favorável”.

A frase abaixo em que essa estratégia de redação foi empregada de forma idêntica é:

- (A) Anuncia-se que o projeto será votado brevemente / votado com brevidade;
- (B) Esse problema merece ser examinado minuciosamente / exame minucioso;
- (C) O problema precisa ser resolvido rapidamente / resolver-se com rapidez;
- (D) Acreditava-se que o projeto passaria facilmente / teria fácil passadiço;
- (E) A população luta bravamente por seus direitos / luta com bravura.

7

“A USP acaba de divulgar estudo advertindo que a poluição em São Paulo mata o dobro do que o trânsito”; nesse trecho do texto 1, o segmento “acaba de divulgar estudo” poderia ser substituído por um termo menos extenso, com a ajuda de um prefixo ou sufixo: “estudo recém-divulgado”. A frase abaixo em que esse mesmo processo foi feito de forma INADEQUADA é:

- (A) Os estudos estão sendo lidos de novo / relidos;
- (B) A passeata carregava uma faixa contrária ao transporte público / antitransporte público;
- (C) Os automóveis foram valorizados acima do normal / hipervalorizados;
- (D) As autoridades precisam fazer análises de si mesmas / retroanálises;
- (E) O Congresso votou um projeto a favor de carros elétricos / pró-carros elétricos.

8

“Surpreendentemente, houve entrevistado que opinou favoravelmente”; nesse segmento do texto 1, os termos verbo + advérbio (opinou favoravelmente) poderiam ser substituídos por um só verbo como “concordou” ou “apoiou”, reduzindo a extensão do texto. A frase abaixo em que essa mesma estratégia foi empregada de forma adequada é:

- (A) entregar-se totalmente ao estudo do problema / voltar-se para;
- (B) purificar integralmente a gasolina / deturpar a gasolina;
- (C) distinguir claramente a causa do problema / identificar;
- (D) providenciar urgentemente mudanças na lei / realizar;
- (E) apagar totalmente um texto / destruir.

9

“Quem poderia imaginar a reversão cultural que se deu no consumo do tabaco?”

Nessa frase o autor do texto 1 poderia reduzir a extensão do texto, substituindo “que se deu” por “ocorrida”; a frase abaixo em que o mesmo processo foi utilizado de forma INADEQUADA por modificar o sentido original da frase primitiva é:

- (A) É necessário que se controle a emissão de CO₂ / É necessário o controle da emissão de CO₂.
- (B) Quando mudarmos o transporte, mudaremos o mundo / Após a mudança do transporte, mudaremos o mundo.
- (C) Foi necessário que as autoridades se dessem conta do problema / Foi necessário as autoridades se darem conta do problema.
- (D) Era natural que os automóveis fossem substituídos / Era natural a substituição dos automóveis.
- (E) Todos deixaram os automóveis para que pudessem chegar mais rápido / Todos deixaram os automóveis para que a chegada fosse mais rápida.

10

No primeiro parágrafo do texto 1, o segundo período exerce a função textual de:

- (A) questionar a validade da afirmação anterior;
- (B) mostrar as possíveis falhas do raciocínio humano;
- (C) demonstrar o valor da premonição proferida;
- (D) corrigir a afirmação do arquiteto Jaime Lerner;
- (E) introduzir os leitores na discussão do tema.

11

“Como se vê, não faltam razões para o debate do tema.”

Substituindo o termo sublinhado por uma oração desenvolvida, a forma correta e adequada seria:

- (A) para que se debatesse o tema;
- (B) para se debater o tema;
- (C) para que se debata o tema;
- (D) para debater-se o tema;
- (E) para que o tema fosse debatido.

12

“Privilégio” é uma palavra corretamente grafada com i, como aqui aparece. O vocábulo abaixo que também deveria ser grafado com i é:

- (A) lampeão;
- (B) crâneo;
- (C) páreo;
- (D) cumeeira;
- (E) áureo.

13

Observe o emprego do demonstrativo “este” nos segmentos a seguir:

- I – “O arquiteto Jaime Lerner cunhou esta frase premonitória”;
 II – “Este jornal, em uma série de reportagens,...”;
 III – “... nestes dias, mostrou o privilégio que os governos dão ao uso do carro e o desprezo ao transporte coletivo”;
 IV – “a ONU reafirmou o compromisso desta geração com o futuro da humanidade”.

As frases acima que apresentam exatamente o mesmo motivo da utilização desse demonstrativo são:

- (A) I - II;
 (B) I - III;
 (C) II - IV;
 (D) III - IV;
 (E) II - III - IV.

14

“A USP acaba de divulgar estudo advertindo que a poluição em São Paulo mata o dobro do que o trânsito”.

A oração em forma desenvolvida que substitui correta e adequadamente o gerúndio “advertindo” é:

- (A) com a advertência de;
 (B) quando adverte;
 (C) em que adverte;
 (D) no qual advertia;
 (E) para advertir.

15

Infer-se da frase “Talvez o automóvel não seja descartável tão facilmente” que:

- (A) o cigarro e o automóvel vão desaparecer do mundo;
 (B) o automóvel vai ser abandonado mais facilmente que o cigarro;
 (C) o cigarro foi facilmente descartado;
 (D) o automóvel talvez desapareça antes do cigarro;
 (E) o cigarro talvez desapareça antes do automóvel.

16

Ao falar da “reversão cultural” que se deu no consumo do tabaco, o autor do texto 1 quer referir-se ao fato de o tabaco:

- (A) ver continuamente reduzido o seu consumo;
 (B) ser responsabilizado pelo aparecimento de doenças graves;
 (C) manter seu nível de consumo, apesar das campanhas contrárias;
 (D) não ser mais visto como elemento de sedução e elegância;
 (E) ser considerado como principal causador de óbitos na atualidade.

TEXTO 2 - Estamos no trânsito de São Paulo, ano 2030. E não é preciso apertar os cintos: nosso carro agora trafega sozinho pelas ruas, salvo de acidentes, graças a um sistema que o mantém em sincronia com os demais veículos lá fora. O volante, item de uso opcional, inclina-se de um lado para outro como se fosse manuseado por um fantasma. Mas ninguém liga pra ele - até porque o carro do futuro está cheio de novidades bem mais legais. Em vez dos tradicionais quatro assentos, o que temos agora é uma verdadeira sala de estar, com poltronas reclináveis, mesa no centro e telas de LED. As velhas carrocerias de aço foram substituídas por redomas translúcidas, com visibilidade total para o ambiente externo. Se você preferir, é possível torná-la opaca e transformar o carro em um ambiente privado, quase como um quarto ambulante. Como o sistema de navegação é autônomo, basta informar ao computador aonde você quer ir e ele faz o resto. Resta passar o tempo da forma que lhe der na telha: lendo, trabalhando, assistindo ao seu seriado preferido ou até dormindo. A viagem é agradável e silenciosa. (*Superinteressante*, novembro de 2014).

17

O texto 2 é um exemplo de texto de ficção científica; nesse segmento, o aspecto ficcional se revela prioritariamente no(na):

- (A) utilização de computadores pelos automóveis;
 (B) troca total de aspecto dos automóveis;
 (C) tratamento de fatos futuros como presentes;
 (D) localização dos fatos em locais desconhecidos;
 (E) ausência de situações imprevistas.

18

O texto 2 deve ser incluído, por suas marcas predominantes, entre o seguinte modo de organização discursiva:

- (A) narrativo;
 (B) dissertativo-expositivo;
 (C) dissertativo-argumentativo;
 (D) dissertativo-informativo;
 (E) descritivo.

19

O segmento do texto 2 em que a preposição destacada faz parte de um adjunto e NÃO é solicitada obrigatoriamente por nenhum termo anterior é:

- (A) “Estamos no trânsito de São Paulo”;
 (B) “salvo de acidentes”;
 (C) “em sincronia com os demais veículos lá fora”;
 (D) “assistindo ao seu seriado preferido”;
 (E) “basta informar ao computador”.

20

O segmento do texto 2 que mostra variação culta de linguagem, sem traços de informalidade ou oralidade é:

- (A) “mantém em sincronia com os demais veículos lá fora”;
 (B) “o que temos agora é uma verdadeira sala de estar”;
 (C) “Mas ninguém liga pra ele”;
 (D) “está cheio de novidades bem mais legais”;
 (E) “assistindo ao seu seriado preferido”.

Grupo II – CODJERJ, Consolidação Normativa e Legislação Complementar

21

Os Juízes de Direito das Varas Criminais:

- (A) não podem decretar a perda dos instrumentos e produtos do crime, matéria de competência privativa da Presidência do Tribunal;
- (B) devem processar e julgar os processos penais e, uma vez transitada em julgado a sentença condenatória, promover a execução da pena, decidindo todos os incidentes da execução;
- (C) devem encaminhar, de ofício, as informações necessárias para que o Juiz de Direito da Vara de Fazenda Pública instale o Conselho da Comunidade;
- (D) devem processar e julgar os mandados de segurança contra atos das autoridades policiais;
- (E) devem proceder, semestralmente, à inspeção das cadeias públicas, adotando, de ofício, as medidas judiciais necessárias à regularização das irregularidades detectadas.

22

Ao Corregedor-Geral da Justiça compete:

- (A) desempenhar as funções administrativas e jurisdicionais que lhe sejam atribuídas pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça;
- (B) superintender e, a seu critério, presidir a distribuição dos feitos nas Comarcas da Capital e do interior;
- (C) conceder licenças aos funcionários do quadro do Tribunal de Justiça, quando por prazo superior a sessenta dias;
- (D) prover e declarar vagos, em nome do Tribunal, os cargos em comissão de todos os órgãos do Tribunal de Justiça;
- (E) aplicar medidas disciplinares aos funcionários da Secretaria do Tribunal.

23

Aos Juízes de Direito vinculados aos respectivos juízos compete:

- (A) inspecionar permanentemente as instalações das funções essenciais à Justiça;
- (B) zelar para que o responsável pelo expediente do cartório decida as reclamações contra atos praticados por serventuários ou empregados do juízo;
- (C) conceder, exceto na Comarca da Capital, licença por motivo de saúde até sessenta dias, a serventuários e funcionários subordinados ao juízo;
- (D) solicitar à presidência do Tribunal de Justiça a nomeação *ad hoc* de serventuários e outros auxiliares da Justiça;
- (E) requisitar à Corregedoria Geral da Justiça a apuração das faltas disciplinares atribuídas aos servidores que lhe sejam subordinados.

24

Compete aos Juízes de Direito em matéria de registro civil de pessoas naturais:

- (A) instaurar processo administrativo disciplinar e, se for o caso, aplicar as sanções cabíveis ao Oficial do Registro Civil;
- (B) processar e julgar as ações cíveis e penais contra atos do Oficial do Registro Civil;
- (C) processar e julgar quaisquer ações cíveis contra atos do Oficial do Registro Civil;
- (D) fiscalizar as instituições de abrigo às crianças que ainda não possuam registro de nascimento;
- (E) processar e julgar os mandados de segurança contra atos do Oficial do Registro Civil.

25

Em relação à Região Judiciária Especial, é correto afirmar que:

- (A) o Juiz de Direito auxiliar atuará, nas varas criminais, nos processos que lhe forem designados pelo Juiz de Direito titular;
- (B) somente podem atuar os Juízes de Direito titulares ou os Juízes de Direito auxiliares já vitaliciados na carreira;
- (C) substituirá o Juiz de Direito titular o mais moderno dos Juízes de Direito em funções de auxiliar;
- (D) o Juiz de Direito auxiliar, nas varas de fazenda pública, somente deve atuar nas execuções fiscais e nos seus incidentes;
- (E) ao Juiz do Serviço de Distribuição é vedado adotar meios mecânicos na distribuição.

26

De acordo com os comandos estabelecidos pela Resolução nº 198/2014, do Conselho Nacional de Justiça, a respeito do planejamento e da gestão estratégica, no âmbito do Poder Judiciário, pode-se afirmar que:

- (A) os órgãos do Poder Judiciário devem realizar reuniões de análise de estratégia ao menos a cada quadrimestre;
- (B) os planos estratégicos dos órgãos do Poder Judiciário devem ser alinhados à Estratégia Judiciário 2020 e ter abrangência mínima de 10 (dez) anos;
- (C) a execução da estratégia é de responsabilidade exclusiva dos órgãos jurisdicionais de segundo grau;
- (D) as entidades de classe não podem participar da elaboração das propostas orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário;
- (E) a execução da estratégia é de responsabilidade exclusiva dos magistrados de primeiro e segundo graus.

27

Em relação ao Comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso, é correto afirmar que:

- (A) está diretamente subordinado ao Serviço de Apoio aos Comissários de Justiça;
- (B) possui porte de arma, sempre que atuar com adolescentes infratores;
- (C) fiscaliza a regularidade da documentação que instrui o pedido de autorização de viagem;
- (D) estabelece a regulamentação a ser seguida para a participação de crianças em espetáculos públicos;
- (E) deve conferir ampla publicidade a todas as sindicâncias que venha a realizar.

28

A respeito das citações e intimações, é correto afirmar que:

- (A) devem ser cumpridas, em regra, pelo Executor de Mandados;
- (B) não podem ser cumpridas pelo Executor de Mandados quando disserem respeito a carta de ordem;
- (C) podem ser cumpridas pelo Executor de Mandados quando disserem respeito a protesto;
- (D) devem ser cumpridas pelo Executor de Mandados quando disserem respeito a interpelação;
- (E) devem ser sempre realizadas por via postal.

29

A sistemática adotada pelo Decreto-lei nº 220/1975, a respeito da responsabilidade administrativa dos funcionários públicos civis do Estado do Rio de Janeiro, permite afirmar que:

- (A) toda e qualquer infração disciplinar deve ser apurada em inquérito administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- (B) o inquérito administrativo sempre precederá a aplicação das penas de suspensão de até 30 (trinta) dias;
- (C) a sindicância é mera apuração preliminar, que irá anteceder o processo administrativo disciplinar e a partir da qual não podem ser aplicadas sanções;
- (D) deve ser determinada a suspensão cautelar do funcionário público sempre que, da infração que lhe é imputada, possa resultar a pena de suspensão por até 30 (trinta) dias;
- (E) é possível a suspensão preventiva do funcionário público, que é mera medida acautelatória, não tendo a natureza jurídica de pena.

30

Com os olhos voltados às rotinas aplicáveis às serventias das Varas com competência em registros públicos, pode-se afirmar que o serventuário que ali atue:

- (A) somente pode praticar atos ordinatórios quando o Juiz de Direito expressamente o autorizar;
- (B) somente pode praticar, sem autorização judicial, os atos ordinatórios relacionados na Consolidação Normativa;
- (C) pode praticar todo e qualquer ato ordinatório, independentemente de autorização do Juiz de Direito;
- (D) pode praticar todos os atos ordinatórios que não tenham reflexos diretos sobre a personalidade individual;
- (E) não pode praticar nenhum ato de natureza ordinatória.

Grupo III - Conhecimentos Específicos

Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso

31

Quanto aos membros do Conselho Tutelar, é correto afirmar que:

- (A) são escolhidos pelo Juiz de Direito;
- (B) são escolhidos pelo Prefeito, já que se trata de uma entidade municipal;
- (C) têm direito a prisão especial, em caso de crime, até o julgamento definitivo;
- (D) seu exercício estabelece presunção de idoneidade moral;
- (E) não podem ser remunerados, já que se trata de serviço voluntário.

32

Richard, americano, pretende embarcar para a Disney com Bianca, sua prima brasileira de 15 anos de idade. A viagem é presente de aniversário. Richard está de passagem pelo Brasil e é domiciliado nos EUA. Chamado para esclarecer dúvidas de Richard, o Comissário de plantão no aeroporto, orienta que a viagem poderá ser realizada:

- (A) se houver autorização firmada por um dos genitores de Bianca, com firma reconhecida;
- (B) se houver autorização firmada por ambos os genitores de Bianca, com firmas reconhecidas;
- (C) se for comprovado que Richard é parente colateral de Bianca;
- (D) se houver autorização firmada por ambos os genitores de Bianca, com firmas reconhecidas, mais a prova do alegado parentesco;
- (E) somente através de autorização judicial.

33

Quem pode adotar, segundo o ECA:

- (A) todas as pessoas, desde que sejam casadas ou vivam em união estável;
- (B) todas as pessoas, desde que tenham mais de 21 anos e menos de 70 anos de idade, com mais de dez anos de diferença de idade para com o adotado;
- (C) somente os que estão inscritos no cadastro de interessados em adotar;
- (D) aqueles maiores de idade e com pelo menos dezesseis anos de diferença de idade para com o adotado, independentemente do seu estado civil;
- (E) somente aqueles que já tenham exercido a guarda legal do adotando, demonstrando, portanto, aptidão para cuidar da criança ou adolescente.

34

Quanto à adoção e ao estágio de convivência, é correto afirmar que:

- (A) o estágio de convivência pode ser dispensado pelo juiz, em determinadas situações;
- (B) caso o adotando já esteja sob a guarda de fato do adotante, automaticamente é dispensado o estágio de convivência;
- (C) o prazo do estágio, previsto na lei, é de no mínimo 60 dias;
- (D) na adoção internacional, o estágio é cumprido no exterior;
- (E) o prazo de estágio é fixado pela Equipe Técnica do Juizado, após o estudo do caso.

35

Quanto à adoção, é correto afirmar que:

- (A) o prenome do adotando não pode ser alterado;
- (B) o registro original do adotado é mantido;
- (C) é lavrado novo registro do adotando, devendo constar, nas suas certidões, para proteção de terceiros, que houve uma adoção;
- (D) os patronímicos de seus pais biológicos são mantidos no novo registro;
- (E) é lavrado novo registro, ficando proibida, nas suas certidões, a referência à adoção.

36

Pedro, idoso sem renda, pretende pedir alimentos aos seus três filhos, que são maiores e trabalham. Nesse tema, sobre sustento do idoso, é certo que:

- (A) ele deverá pedir alimentos aos três filhos conjuntamente, não podendo escolher a quem acionará judicialmente;
- (B) se fizer acordo com os filhos perante o Defensor Público ou o Ministério Público, para que o mesmo possa ser executado é necessária a homologação judicial;
- (C) caso os filhos e demais familiares não tenham condições de ajudar o idoso, o Poder Público deve prover seu sustento, no âmbito da assistência social;
- (D) para agilizar o processo de alimentos, não é necessária a intervenção do Ministério Público;
- (E) não há prioridade no andamento da ação de alimentos ajuizada pelo idoso que estiver assistido por advogado particular.

37

Sebastiana Camargo, 66 (sessenta e seis) anos, ajuizou ação de indenização em face de AUTO ÔNIBUS ALVORECER LTDA, empresa de transporte urbano, aduzindo, em resumo, que foi impedida de embarcar no coletivo da Ré por não portar identificação do RIOCARD, embora tenha apresentado a sua carteira de identidade, a qual, no seu entender, seria suficiente para demonstrar a sua condição de idosa e autorizar o ingresso gratuito no veículo.

Contestou a empresa ré o pedido, argumentando que não haveria ilegalidade na exigência de apresentação do cartão RIOCARD, porque este procedimento busca racionalizar o sistema e evitar fraudes, sem ferir o direito à gratuidade dos idosos.

Considerando o caso acima exposto, é correto afirmar que:

- (A) aos maiores de 65 anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos, semiurbanos, nos serviços seletivos e especiais;
- (B) aos maiores de 65 anos fica assegurada a gratuidade nos transportes coletivos públicos de qualquer natureza, mediante apresentação do cartão de gratuidade, que servirá de prova de sua condição de idoso;
- (C) considerando que o intuito do legislador foi a facilitação e a promoção do acesso aos meios de transporte aos idosos portadores de doenças crônicas, é lícito que deles se exija a apresentação do cartão RIOCARD, com vistas a evitar fraudes;
- (D) é garantida aos maiores de 65 anos a gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, condicionada apenas à apresentação de documento pessoal que comprove a idade do passageiro;
- (E) é garantida aos maiores de 65 anos a gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, limitado o seu exercício a 60 viagens ao mês, que são fiscalizadas a partir da apresentação do cartão RIOCARD.

38

É permitido ao comerciante vender a crianças e adolescentes:

- (A) brinquedos e jogos que os induzam a situações de violência;
- (B) cerveja;
- (C) produtos que possam causar dependência física;
- (D) bilhetes da loteria “raspadinha”;
- (E) bebidas alcoólicas, desde que autorizadas, por escrito, por seus pais ou responsáveis.

39

Ao passar pela rua e observar que um adolescente furtou a bolsa de uma senhora, o Comissário corre e o apreende. Em seguida, deverá o Comissário:

- (A) encaminhar o infrator diretamente ao fórum local, para ser apresentado ao Juiz de Direito competente;
- (B) encaminhar o adolescente ao Ministério Público;
- (C) dirigir-se ao Conselho Tutelar;
- (D) encaminhar o adolescente à autoridade policial;
- (E) entregar o adolescente aos seus pais ou responsáveis, que firmarão o compromisso de apresentá-lo oportunamente em juízo.

40

Com relação a diversões e espetáculos públicos, é correto afirmar que:

- (A) as crianças com mais de 7 e menos de 10 anos de idade podem ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição, sem seus pais ou responsáveis;
- (B) hoje não mais se exige que revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes sejam comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo;
- (C) é permitida a presença de adolescentes, acima de 16 anos, em estabelecimentos que ofereça jogos de bilhar ou sinuca;
- (D) o poder público, através do órgão competente, regulará as diversões e espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;
- (E) os responsáveis pelas diversões e espetáculos públicos deverão afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local, informação destacada sobre a natureza do espetáculo, dispensada a referência à faixa etária, que se constitui em verdadeira censura.

41

Paulo, com 8 anos de idade, foi colocado sob a guarda de seu tio Pedro, visto que seus pais foram presos pela prática de roubo. Cinco anos mais tarde, os pais, agora em liberdade, reaparecem e exigem de Pedro a imediata devolução do agora adolescente Paulo. Pedro, contudo, não deseja entregar seu sobrinho aos pais, pois entende que eles ainda estão envolvidos com crimes. Pedro, nessa situação:

- (A) deve devolver imediatamente o adolescente aos pais, que não chegaram a ser destituídos do poder familiar;
- (B) alega que os pais devem procurar o Conselho Tutelar, que pode revogar a guarda;
- (C) pode se opor à entrega do adolescente aos seus pais;
- (D) deve firmar um documento particular, revogando a guarda e devolvendo o adolescente aos pais;
- (E) alega que os pais devem procurar o Promotor de Justiça, que pode, mediante Portaria fundamentada, revogar a guarda.

42

Ao realizar inspeção em um restaurante, às 22h30, a Comissária Rita encontra um adolescente de 17 anos trabalhando como garçom. Tal situação é:

- (A) permitida, pois o trabalho não é insalubre;
- (B) proibida, pois ainda não atingiu 18 anos de idade;
- (C) proibida por não haver autorização dos pais do adolescente;
- (D) permitida, desde que o trabalho se faça na condição de aprendiz;
- (E) permitida se contar com autorização judicial.

43

Roberto, médico obstetra de um hospital público, é chamado a atender Maria, já em adiantado trabalho de parto.

Após algumas horas, a jovem, com 17 anos de idade, dá à luz uma criança saudável.

Conversando com a menor parturiente, Roberto toma conhecimento de sua precária situação financeira e da condição miserável em que vive com seus outros 02 (dois) filhos de relacionamentos diversos.

É informado por ela de que há uma família abastada interessada em ficar com o recém-nascido, a quem pretende entregá-lo tão logo obtenha alta hospitalar.

Sobre a conduta do médico, é correto afirmar que:

- (A) deve se manter distante da situação particular das gestantes que atende, considerando que o direito à intimidade e à vida privada são protegidos constitucionalmente;
- (B) deve ajudar e facilitar a entrega do recém-nascido à família abastada, que ostenta condição econômica, familiar e psicológica mais favorável à criação da criança, levando em conta o princípio “do melhor interesse do menor”;
- (C) deve verificar se o pai da criança e a família da parturiente menor de idade estão cientes e de acordo com a decisão de entregá-la à família abastada, considerando que compete aos familiares decidir o destino de seus integrantes, desde que respeitado o “melhor interesse do menor”;
- (D) deve efetuar o imediato encaminhamento à autoridade judiciária da intenção da mãe da criança de entregá-la à adoção, ainda que convicto de que a decisão da mãe é a que melhor preserva o interesse do menor;
- (E) deve comunicar o fato ao diretor do hospital, a quem compete tomar as medidas legais cabíveis.

44

Quanto à colocação em família substituta, é correto afirmar que:

- (A) a partir dos 12 anos, é necessário o consentimento do adolescente, expresso por qualquer meio de prova;
- (B) se a família substituta for estrangeira e sendo recomendada pela Equipe Técnica do Juizado, pode ser concedida a guarda de criança ou adolescente brasileiro;
- (C) ela pode se realizar mediante guarda, tutela, adoção ou abrigamento;
- (D) se realiza mediante guarda, tutela ou adoção;
- (E) a colocação em família substituta permite a transferência da criança ou adolescente a terceiros, devendo ser posteriormente comunicado o fato ao juiz, se problemas ocorrerem nessa transferência.

45

João Gabriel, de 11 anos, irá viajar ao Nordeste em companhia de seu tio materno, maior. O Comissário de plantão no aeroporto, ao ser chamado pela empresa de aviação, esclarece que tal viagem:

- (A) deve ser autorizada, pois a criança está em companhia de colateral maior do 3º grau;
- (B) deve ser permitida apenas com autorização dos pais, com firmas reconhecidas;
- (C) deve ser permitida com autorização de pelo menos um dos pais, com firma reconhecida;
- (D) somente pode ser autorizada pelo Juiz de Direito, visto que se trata de criança;
- (E) deve ser autorizada pelos pais, sendo dispensável o reconhecimento de firmas.

46

Joana, de 26 anos de idade, vive em união estável com Eduardo, cinco anos mais velho do que ela, há seis anos.

Depois de vários anos tentando, sem sucesso, engravidar, decide juntamente com seu companheiro adotar.

Durante uma visita a um abrigo de menores, conhece Pedro, criança de 10 (dez) anos de idade.

Apaixonados por Pedro, que demonstra extremo apego ao casal, decidem, então, iniciar o procedimento de adoção.

No curso do processo de adoção, o casal se separa, mas mantém o propósito de prosseguir com a adoção conjunta.

Considerando os dados fornecidos pelo problema e à luz das disposições da Lei nº 8.069/1990, é correto afirmar que:

- (A) o adotante deve contar com, no mínimo, 30 anos de idade, na data do pedido, devendo haver entre adotante e adotado, no mínimo, dezesseis anos de diferença;
- (B) não se exige para adoção conjunta que os adotantes sejam casados civilmente ou que mantenham união estável, bastando que se comprove ao menos um vínculo de amizade;
- (C) os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, desde que obedecidos os requisitos legais;
- (D) na hipótese descrita acima é indispensável o consentimento do adotando; na forma do Art. 45, § 2º, da Lei nº 8.069/90;
- (E) uma vez iniciado o procedimento de adoção conjunta, ainda que o casal jamais tenha convivido com o menor, a eventual separação, no curso do processo, não impede o acolhimento do pedido, desde que ratificado pelos requerentes.

47

Lucas, 3 (três) anos de idade, é filho de João e Maria. Seus pais, usuários de drogas, estão internados em uma clínica de reabilitação de adictos, de sorte que está o menor, de fato, sob a guarda de um casal brasileiro amigo de seus genitores, há cerca de seis meses.

Verificando o casal que não há previsão de alta hospitalar para os pais da criança, decidem ir a juízo e requerer a guarda da criança, informando ao juiz, dentre outras coisas, que possuem residência tanto no Brasil como nos Estados Unidos da América.

Ao argumento de que o pedido de guarda atende ao princípio do melhor interesse do menor, o qual precisa, inclusive, de assistência médica, requer o casal lhe seja deferida, liminarmente, a guarda de Lucas.

Considerando os dados fornecidos pelo problema e o disposto no Art. 33, e seus parágrafos, da Lei nº 8.069/90, é correto afirmar que:

- (A) a guarda destina-se a regularizar a posse de fato, sendo certo que o seu deferimento liminar está restrito aos procedimentos de tutela e adoção;
- (B) o instituto da guarda se presta, em algumas hipóteses, a atender situações especiais ou a prática de atos determinados;
- (C) a guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins de direito, exceto os previdenciários, diante da vedação constitucional;
- (D) na hipótese da guarda ser concedida, o seu deferimento impede o exercício de visita pelos pais;
- (E) os pais biológicos, privados da guarda de seu filho menor, estão isentos do dever de a ele prestar alimentos.

48

Quanto ao tema adoção, é correto afirmar que:

- (A) pode ser revogada, mediante processo judicial com ampla defesa;
- (B) é restabelecido, pela morte dos adotantes, o poder familiar dos pais biológicos;
- (C) pode ser obtida por procuração, desde que a mesma seja de forma pública;
- (D) não deve ser informada ao adotado sua origem biológica, ficando vedado o acesso ao processo no qual a adoção foi deferida;
- (E) confere recíproco direito sucessório entre adotado e adotante.

49

O Conselho Tutelar tem como uma de suas atribuições:

- (A) colocação em família substituta;
- (B) afastar a criança ou adolescente, vítima de abuso sexual, do convívio familiar;
- (C) suspender, preventivamente, o poder familiar;
- (D) requisitar tratamento médico;
- (E) decretar a perda da guarda.

50

Com relação à medida de internação aplicada a um adolescente, é correto afirmar que:

- (A) o diretor do estabelecimento deve, imediatamente, colocar em liberdade o interno que alcança a maioridade;
- (B) a desinternação deve ser precedida de autorização judicial, em todos os casos;
- (C) ao atingir o interno a maioridade, deve o Juiz de Direito, obrigatoriamente, fazer cessar a internação;
- (D) poderá, dependendo da gravidade do caso, exceder a 3 (três) anos;
- (E) pode ser cumprida em um abrigo.

Direito Administrativo

51

Alberto é servidor público estadual ocupante de cargo efetivo, atualmente lotado no setor onde funciona a Comissão Permanente de Licitação. No exercício da função pública, Alberto participou de esquema fraudulento que desviou verba pública, enriquecendo-se ilícitamente. Em tema de responsabilização pelo ilícito cometido no caso em tela, é correto afirmar que Alberto pode ser:

- (A) demitido após processo administrativo disciplinar, apenas se não era estável à época dos fatos;
- (B) processado na esfera administrativa, mas não na criminal e civil para evitar o *bis in idem*;
- (C) demitido por meio de sindicância sumária, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- (D) demitido por força de sentença judicial recorrível;
- (E) cobrado ao ressarcimento dos danos ao erário, cuja pretensão é imprescritível.

52

Maria, diretora de determinada creche municipal, recusou o pedido de matrícula do menor Caio, de 3 anos, com o argumento de que a criança não tinha idade para ser matriculada. Na semana seguinte, a direção da creche foi modificada, assumindo Fernanda. A nova diretora, argumentando que a Constituição da República estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade, declarou a invalidade do ato administrativo que indeferiu a matrícula e matriculou Caio na creche. A Administração Pública é autorizada a rever seus próprios atos, inclusive declarando a nulidade dos ilegais, pelo princípio administrativo da:

- (A) nulidade;
- (B) autotutela;
- (C) segurança jurídica;
- (D) eficiência;
- (E) moralidade.

53

A Lei nº 8.069/90 conferiu ao Juízo da Infância e da Juventude atribuições atípicas de natureza administrativa, como conceder autorização para entrada, permanência ou participação de crianças e adolescentes em eventos, mediante alvará (Art. 149, do ECA). Tal atribuição decorre da prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade individual em favor do interesse público. Trata-se do poder administrativo:

- (A) hierárquico;
- (B) disciplinar;
- (C) regulamentar;
- (D) de polícia;
- (E) de jurisdição.

54

Município criou, por meio de lei específica, uma autarquia atribuindo a ela a titularidade e a execução de determinado serviço público. Tal delegação, em Direito Administrativo, é denominada:

- (A) desconcentração, e a autarquia é pessoa jurídica de direito público;
- (B) desconcentração, e a autarquia faz parte da administração direta;
- (C) descentralização, e a autarquia faz parte da administração indireta;
- (D) descentralização, e a autarquia é pessoa jurídica de direito privado;
- (E) outorga, e a autarquia faz parte da administração direta.

55

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, quanto ao critério da liberdade de ação, os atos administrativos podem ser classificados como:

- (A) discricionários, que ocorrem quando o administrador possui liberdade para valoração da conduta, que incide sobre os elementos da forma, competência e finalidade do ato;
- (B) declaratórios, que ocorrem quando o administrador pode agir com oportunidade e conveniência para alterar uma relação jurídica, criando, modificando ou extinguindo direitos;
- (C) revogáveis, que são aqueles em que o administrador pode delegar a terceiros a prática do ato, podendo a qualquer tempo retomar sua competência, por meio da avocação;
- (D) irrevogáveis, que são aqueles em que o agente não possui liberdade de valoração da conduta, não podendo agir com juízo de oportunidade e conveniência;
- (E) vinculados, que ocorrem quando o agente se limita a reproduzir os elementos que a lei previamente estabeleceu, não havendo liberdade de apreciação da conduta.

Direito Constitucional

56

Certa Constituição Estadual, com o objetivo de estabelecer parâmetros equitativos para a distribuição de serviço no âmbito do Poder Judiciário, aumentou em 10 % (dez por cento) o número de desembargadores. É correto afirmar que a norma que assim dispôs é:

- (A) inconstitucional, pois essa matéria deve ser disciplinada em lei, de iniciativa privativa do Tribunal de Justiça;
- (B) constitucional, pois a Constituição da República autoriza que a Constituição Estadual incursione nessa temática;
- (C) inconstitucional, pois somente a Constituição da República pode dispor sobre essa matéria;
- (D) constitucional, desde que observada uma relação de proporcionalidade com a população do Estado;
- (E) inconstitucional, pois a matéria deve ser regulada pelo Estatuto da Magistratura, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.

57

A respeito dos direitos fundamentais, é correto afirmar que:

- (A) devem estar expressos na Constituição ou nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte;
- (B) somente podem sofrer restrições nas situações expressamente previstas na Constituição;
- (C) possuem caráter absoluto, sendo inadmissível que venham a ser restringidos em qualquer situação concreta;
- (D) podem ser eventualmente restringidos, quando não tiverem caráter absoluto e tal se fizer necessário à sua compatibilização com outros bens e valores de estatura constitucional;
- (E) somente terão plena eficácia com a sua integração pela legislação infraconstitucional.

58

Considerando o valor das multas de trânsito e o elevado quantitativo de veículos em situação irregular, determinada lei estadual autorizou o seu parcelamento, exigindo-se, apenas, que o requerimento seja formulado pessoalmente pelo proprietário do veículo e que o pagamento seja integralizado em até dois exercícios financeiros. A partir dessas informações, é correto afirmar que a lei é:

- (A) inconstitucional, pois os Estados somente têm competência para legislar sobre direito civil quando lei federal expressamente o autorizar;
- (B) constitucional, pois os Estados têm competência para legislar sobre direito administrativo, independentemente de autorização da União;
- (C) inconstitucional, pois os Estados não têm competência para legislar em matéria de trânsito;
- (D) constitucional, pois os Estados têm competência concorrente com a União para legislar sobre parcelamento de créditos;
- (E) inconstitucional, pois a matéria é de interesse local, o que atrai a competência legislativa dos Municípios.

59

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, determinados candidatos pleitearam a sua nomeação nos cargos públicos para os quais foram avaliados. É correto afirmar que:

- (A) os candidatos aprovados possuem mera expectativa de direito, que pode ser, ou não, satisfeita pela Administração Pública;
- (B) a Administração Pública somente tem a obrigação de nomear os candidatos aprovados após o transcurso de dois anos da realização do concurso;
- (C) os candidatos aprovados possuem direito subjetivo à nomeação, sendo vedado à Administração Pública deixar de atendê-lo, qualquer que seja o motivo;
- (D) os candidatos aprovados, dentro do número de vagas previsto no edital, possuem direito subjetivo à nomeação, ressalvada a demonstração de situação excepcional;
- (E) a Administração Pública tem o dever de nomear todos os candidatos aprovados sempre que o edital não estabelecer o número de vagas.

60

Determinada lei estadual, editada no corrente ano, com o objetivo de aumentar a eficiência na representação judicial da Administração Pública, dispôs que as execuções fiscais passariam a ser promovidas pela "Procuradoria da Fazenda Estadual", estrutura orgânica criada pela referida lei, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda e totalmente autônoma em relação à Procuradoria-Geral do Estado, a quem caberia a representação dos demais interesses estatais. À luz desse quadro, é correto afirmar que a lei estadual é:

- (A) inconstitucional, pois a Procuradoria da Fazenda Estadual deveria ser órgão integrante do Ministério Público;
- (B) constitucional, pois a lei estadual pode dispor livremente sobre as matérias de interesse do Estado;
- (C) inconstitucional, pois a Procuradoria da Fazenda Estadual deveria estar diretamente subordinada ao Chefe do Poder Executivo;
- (D) constitucional, pois a Procuradoria da Fazenda Estadual está constitucionalmente vocacionada à defesa dos interesses fazendários do Estado;
- (E) inconstitucional, pois o Estado não pode criar Procuradorias autônomas e desvinculadas da Procuradoria-Geral do Estado.

Direito Processual Civil

61

Desembargador relator em sede de apelação, violando a norma constitucional, determina a busca e apreensão de uma criança. Dessa decisão monocrática, o recurso cabível é:

- (A) agravo interno;
- (B) agravo nos autos;
- (C) recurso especial;
- (D) recurso extraordinário;
- (E) embargos de divergência.

62

Caio da Silva, menor impúbere, necessita obter alimentos de seu pai, Antônio da Silva. O representante do Ministério Público na comarca onde Caio da Silva mora, informado da sua necessidade alimentar, propõe ação de alimentos. Distribuída a demanda, o juízo competente indefere liminarmente a petição inicial, por entender que o Ministério Público carece de legitimidade para a causa. Nesse caso, a decisão que indeferiu a petição inicial foi:

- (A) correta, se os pais de Caio estiverem no gozo do poder familiar;
- (B) correta, se Caio não se encontrar nas situações de risco descritas no art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- (C) incorreta, se não existir órgão de atuação da Defensoria Pública na comarca;
- (D) incorreta, se a mãe de Caio expressamente representou ao Ministério Público para que ajuizasse a demanda;
- (E) incorreta, se a necessidade alimentar de Caio estiver efetivamente demonstrada.

63

O processo é um fenômeno que envolve a participação de diferentes atores, mas nem todos aqueles que participam do processo sofrem os efeitos da coisa julgada. Um exemplo de participante do processo que NÃO se submete aos efeitos da coisa julgada é:

- (A) o Ministério Público, quando propõe a demanda;
- (B) o assistente litisconsorcial do réu;
- (C) o perito, quando tem honorários periciais a receber;
- (D) o réu, quando a demanda é julgada improcedente;
- (E) o autor, quando renuncia ao direito sobre o qual se funda a ação.

64

A citação é um dos mais importantes atos processuais, pois através dela é promovida a integração da relação jurídica processual. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- (A) o comparecimento espontâneo do réu supre a deficiência da citação;
- (B) a demência não é obstáculo à realização da citação do réu;
- (C) a citação do réu não pode ser feita durante os sete dias seguintes ao falecimento do seu cônjuge;
- (D) a citação pode ser feita em qualquer lugar em que se encontre o réu;
- (E) a citação deve ser feita pessoalmente ao réu.

65

Sobre execução, é correto afirmar que:

- (A) a execução fundada em título executivo judicial deve ser proposta perante o juízo que proferiu a sentença exequenda;
- (B) a averbação junto ao registro de imóveis da certidão comprobatória do ajuizamento da execução, obtida no ato da distribuição, impede a alienação ou a oneração do imóvel correspondente;
- (C) em razão do princípio da disponibilidade, o exequente pode desistir da execução ou de algumas medidas executivas, independentemente da anuência do executado;
- (D) a execução provisória é aquela fundada em título judicial submetido a recurso sem efeito suspensivo ou em título extrajudicial pendente recurso da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo;
- (E) o credor pode promover a liquidação da sentença quando ela for integralmente ilíquida e estiver submetida a recurso sem efeito suspensivo.

Direito Processual Penal

66

Tradicionalmente diz-se que o réu que não atende ao chamado do juízo é revel. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) poderá ser decretada a revelia do réu que, citado ou intimado pessoalmente, não comparecer ao ato injustificadamente ou mudar o endereço da residência sem comunicar ao juízo;
- (B) o interrogatório é ato indispensável, logo o juiz não poderá julgar sem realizá-lo, ainda que o réu tenha sido declarado revel;
- (C) uma vez revel, o acusado não será mais intimado dos atos processuais subsequentes, inclusive da sentença;
- (D) não poderá ser decretada a revelia, no âmbito do júri, do acusado que, regularmente intimado, deixar de comparecer à sessão de julgamento;
- (E) o comparecimento do réu em momento posterior à decretação da revelia faz cessar seus efeitos, tornando nulos os atos já praticados sem a presença do acusado.

67

Oferecida uma denúncia ou queixa em face de determinada pessoa, com sua citação, a relação processual torna-se completa, passando o denunciado/querelado a figurar como acusado. Sobre o acusado, é correto afirmar que:

- (A) poderá ser processado sem defensor, caso esteja foragido e tenha sua revelia decretada;
- (B) será defendido por Defensor Público até o final da ação, caso seu advogado particular renuncie ao mandato, independentemente de sua prévia manifestação ou concordância;
- (C) poderá, pela duração razoável, eventualmente estar desassistido em uma audiência específica, caso seu defensor não compareça, ainda que de maneira justificada;
- (D) ficará com seu processo suspenso enquanto não for possível obter sua completa qualificação;
- (E) terá direito, durante seu interrogatório, não somente a permanecer em silêncio como a mentir sobre os fatos que lhe foram imputados na denúncia.

68

Acerca das prisões cautelares no processo penal, é correto afirmar que:

- (A) a prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo magistrado;
- (B) a prisão temporária pode ser decretada, desde que o crime seja punido com reclusão;
- (C) a prisão preventiva é cabível, tanto na fase processual quanto na pré-processual;
- (D) a prisão preventiva não pode ser decretada de ofício pelo magistrado;
- (E) a prisão preventiva é obrigatória para os crimes praticados com violência.

69

A ação penal condenatória poderá ter início através do oferecimento de queixa ou denúncia. Sobre essas peças, é correto afirmar que:

- (A) a classificação do crime não precisa ser indicada, já que o réu se defende dos fatos apresentados;
- (B) a queixa poderá ser apresentada pessoalmente pelo querelante ou por procurador com poderes gerais;
- (C) estando o réu preso, o prazo para oferecimento da denúncia pelo Ministério Público será de 10 dias, contado do recebimento do inquérito;
- (D) o oferecimento de denúncia ou queixa depende da prévia existência de inquérito policial;
- (E) não sendo possível obter a qualificação do acusado, poderá ser oferecida denúncia com esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo.

70

Bruno foi preso em flagrante pela prática do crime de extorsão mediante sequestro. Com a prisão em flagrante convertida em preventiva, ficou o réu preso durante toda a instrução, situação que permanece. A complexidade do caso fez com que o magistrado abrisse prazo para que o Ministério Público e a Defensoria Pública apresentassem suas alegações finais escritas, sendo a sentença proferida posteriormente. Dessa decisão, deverão ser Bruno, o Defensor Público e o Ministério Público intimados, respectivamente:

- (A) pessoalmente, todos;
- (B) por edital; pessoalmente; pessoalmente;
- (C) por publicação no órgão oficial competente, todos;
- (D) pessoalmente; por publicação no órgão oficial competente; pessoalmente;
- (E) por edital; por publicação no órgão oficial competente; pessoalmente.

Discursivas

1

Ao Comissário Pedro foi determinada a inspeção em uma “cracolândia” que se formou na Comarca recentemente. Chegando ao local, ele encontra o menor Valmir, com 15 anos de idade, vendendo drogas aos viciados, em associação e sob a orientação do maior Luiz. O Comissário detém os dois vendedores de drogas e os encaminha à Delegacia Especializada em atendimento à Criança e ao Adolescente. O delegado lavra um auto de prisão em flagrante para o adolescente e se recusa a receber o adulto, orientando o Comissário a encaminhá-lo à outra Delegacia, especializada em entorpecentes, para as providências cabíveis. O adolescente é encaminhado imediatamente ao Ministério Público. O Promotor de Justiça, examinando a situação, oferece representação e determina a internação do menor até a audiência a ser realizada com o Juiz de Direito. Na audiência em juízo, o adolescente confessou que vendia drogas e, por isso, atendendo ao princípio da economia processual, o Promotor e o Defensor Público chamado para assistir o menor dispensaram a produção de outras provas, com a concordância do juiz, e o procedimento culminou com a aplicação da medida socioeducativa de internação, fundamentada no fato de que o tráfico de drogas é prática altamente prejudicial à comunidade, de elevada gravidade.

Analisando a descrição dos fatos acima, responda (máximo 20 linhas):

- (a) É possível identificar irregularidade(s) na(s) decisão(ões) e procedimentos adotados na Delegacia, na Promotoria de Justiça e em Juízo? Em caso positivo, quais?
- (b) Com relação ao maior de idade, além do tráfico de entorpecentes, ele cometeu outro crime, contravenção ou infração administrativa? Justifique a resposta.

2

Tomando posse no Cargo de Comissário, João foi designado pelo Juiz de Direito para supervisionar uma boate. No local, ele encontra adolescentes desacompanhados de seus pais e responsáveis, em horário e condições que desrespeitam uma Portaria editada pelo juízo para disciplinar a frequência de adolescentes nesse tipo de estabelecimento. Responda (máximo 20 linhas):

- (a) O proprietário da boate, que a administra, praticou um crime, uma contravenção, uma infração administrativa ou sua conduta é indiferente do ponto de vista do direito?
- (b) Quais as sanções que podem ser aplicadas ao estabelecimento e/ou ao seu proprietário?
- (c) Qual documento deve ser redigido pelo Comissário para registrar tal fato?
- (d) O proprietário defende-se alegando que alguns dos adolescentes portam autorização escrita de seus pais para frequentar o local. Tal fato afasta eventual responsabilidade penal? Justifique a resposta.
- (e) Também foi constatado, na inspeção, que eram fornecidas bebidas alcólicas a adolescentes. Igualmente quanto a esse fato, diga se configura um crime, uma contravenção ou uma infração administrativa.

Realização

 **FGV PROJETOS**